

30 AGO 1987
30 AGO 1987

Bresser faz pressão para mudar sistema tributário

anc p-18

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, decidiu entrar pessoalmente no jogo de pressão exercido pelo Executivo, para que os constituintes alterem o projeto de sistema tributário proposto. Através do gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ele convidou um pequeno grupo de constituintes tributaristas para se reunirem em sua casa, no Lago Sul, amanhã.

Nesse encontro, marcado para as 18h e que deverá reunir os deputados Ulysses Guimarães, Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidente da Comissão do Sistema Tributário da Constituinte; José Serra (PMDB-SP), relator da mesma comissão; e Benito Gama (PMDB-BA), Bresser pretende fazer uma longa explanação, explicando em detalhes a causa da resistência do Executivo ao projeto da Constituinte. O ministro esclarecerá por que pensa que a administração do país ficará inviável com a transferência para estados e municípios de parcelas crescentes de recursos hoje pertencentes à União.

Pelo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral — que representa hoje o texto oficial da nova Constituição —, a União começa a perder 4% de sua receita tributária para estados e municípios já no próximo ano e, em 1993, no ápice do processo de transferência, cede cerca de 26% do bolo tributário.

A transferência está regulamentada pelo artigo 213 do substitutivo, que amplia os direitos dos fundos de participação dos estados e municípios sobre a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados. O FPE e o FPM são atualmente beneficia-

dos, respectivamente, com 14% e 17% do total arrecadado pelos dois impostos. Pelo projeto da Constituinte, estes percentuais ampliam-se respectivamente para 21,5% e 22,5%.

Como perda da União, é ainda contabilizada a destinação de mais 2% do IPI e do Imposto de Renda para a formação de um fundo especial para o desenvolvimento dos estados do Nordeste e outra parcela de 10% do IPI, a ser remetida aos estados industrializados.

A proposta da transferência sobrevive no projeto de texto constitucional desde a fase das subcomissões, que apresentaram seus anteprojetos em maio. Naquele mês, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez várias reuniões com os constituintes envolvidos com o tema, na tentativa de convencê-los a alterarem a proposta. Gestões semelhantes ocorreram também na fase dos trabalhos das comissões, mas, como sempre, receberam a repulsa de um grupo coeso de constituintes do Nordeste — região que se beneficiará com 70% dos recursos transferidos.

No Nordeste, a tese de Bresser conta com o apoio solitário do senador Virgílio Távora (PDS-CE), que se convenceu "da gravidade dos problemas a serem enfrentados pela União, com a perda de receitas". Os demais constituintes continuam resistindo e se preparam para fazer uma aliança de interesses comuns com as bancadas das regiões Norte e Centro-Oeste. "Votaremos coesos pela aprovação da proposta de sistema tributário, e não há argumento do ministro que nos convença do contrário", afirmou Benito Gama.

Caiado quer derrotar esquerda

PORTO ALEGRE — O presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, disse que, antes do ministro do Exército, vinha denunciando há mais de dez dias que uma minoria radical de "esquerdinhas de boutique" vem manobrando a Constituinte para impor suas idéias no substitutivo do relator Bernardo Cabral.

"O substitutivo será derrotado por nós, que somos maioria nesse país, contra essa minoria esquerdinha", assegurou. No dia 1º de setembro, Caiado vai apresentar ao ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, uma proposta, para "viabilizar a reforma agrária no Brasil, sem cunho ideológico".

O presidente veio a Porto Alegre para falar aos dirigentes de núcleos da entidade no interior e visitar a exposição internacional de animais, em Esteio. Ele disse que será montada uma estratégia para derrubar o artigo do anteprojeto que permite ao proprietário rural obter na Justiça declaração de que sua terra cumpre função social, e também o que dá concessão imediata de posse nas desapropriações.

Para Caiado, o Incrá "é um antro de corruptos que quer causar uma convulsão social" e os assentamentos de posseiros efetivados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina "são na verdade treinamentos para grupos guerrilheiros."

Senado e Câmara têm nome errado em substitutivo

Entre os erros de redação do anteprojeto apresentado por Bernardo Cabral à Sistematização — com a ressalva, no alto de cada página, de que se trata de um "documento de trabalho sem revisão" — estão os nomes "Câmara Federal", em lugar de Câmara dos Deputados, e "Senado da República", por Senado Federal. O Senado ganhou a qualificação de federal porque havia, na República Velha, senados estaduais. Mas a Câmara só precisa distinguir-se das Câmaras de Vereadores, ou câmaras municipais — por isso seu nome oficial é Câmara dos Deputados, como se lê em qualquer publicação da casa ou nas sucessivas constituições da República. Quanto a escrever "Senado da República", poderia servir, na melhor das hipóteses, para distingui-lo do Senado do Império. Mas vai fazer 100 anos que a República foi proclamada.